

**ACTA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO
HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2010**

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta e três minutos, no Salão Paroquial da freguesia de Serreta, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Martins Maio, António Gonçalves Toste Parreira, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Manuel Gabriel Dias Lopes, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Avelino Carvalho Paim, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Ângelo Toste Vieira, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Henrique Assis Ferreira, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Jorge Henrique Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro, Maria Antonieta Bettencourt do Canto, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

Ana Isabel do Canto Meneses Paim Bruges Miranda, José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, António Lima Cardoso Ventura, Alonso Teixeira Miguel, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, disponibilizando-o para consulta dos membros presentes.

O Sr. d.m. Sérgio Cardoso, depois de autorizado a intervir, na qualidade de presidente da junta de freguesia da Serreta e de anfitrião, em nome da freguesia da Serreta, agradeceu a presença de todos, lamentando o tamanho reduzido da sala.

O Sr. presidente da Mesa agradeceu a simpática recepção promovida pela Junta de Freguesia no restaurante “Ti Chôa”, afirmando em tom de graça que os trabalhos bem poderiam terminar um pouco mais tarde sem que se registassem problemas de falta de energia por parte dos membros da assembleia.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram inscrições por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. d.m. Luís Rendeiro começou por elogiar o Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta pela recepção prestada, a qual, elevando o nível de futuras reuniões da Assembleia Municipal nas freguesias, perspectivava uma aliciante competição inter-freguesias relativa à forma de receber os deputados municipais.

Relativamente às festas Sanjoaninas, realçou a concordância do grupo municipal do PSD em algumas questões relacionadas com as ditas festas, entendendo notáveis algumas das medidas de contenção de custos aplicadas. Defensor desde sempre do pagamento dos concertos, independentemente de tempos mais ou menos difíceis, pretendendo-se alguma qualidade, todos deveríamos fazer um esforço em ajudar no que fosse possível. Referiu ainda que tudo assim acontecera pelo facto de o executivo camarário não possuir a maioria absoluta e pela obrigação da prestação de contas, juntando-se assim o útil ao agradável.

Apesar das situações merecedoras do seu elogio, sentia-se incomodado pela existência de outros casos em que não fora aplicado o mesmo rigor e cuidado, considerando um esbanjamento de dinheiro, um custo absurdo e até quase pornográfico o desfile do Pinóquio no Dia Mundial da Criança, contrastante com o bom exemplo de contenção de despesas do desfile infantil das Sanjoaninas.

Referindo-se ao boletim informativo da CMAH, considerou tratar-se de um instrumento de propaganda, opinião também sustentada por uma grande franja da população, já que a primeira edição surgira em plena campanha eleitoral. Com uma tiragem de 14 mil exemplares, continha muita informação que nada teria a ver com a actividade municipal, mas sim com a actividade da Sra. presidente, também directora do boletim.

Questionando-a sobre os custos desses 14 mil exemplares, já que, segundo o povo, numa analogia simplista e jocosa, não houvera fogo-de-artifício no encerramento das Festas Sanjoaninas devido à publicação do referido boletim municipal, referiu que a impressão do boletim, em vez de executada pela *Nova Gráfica* da ilha de S. Miguel, poderia bem tê-lo sido por tipografias terceirenses, demonstrando nesse caso alguma preocupação com as empresas locais. O boletim continha muita divulgação de actividade social, projectos virtuais com imagens elaboradas em computador e poucas obras. Aparecendo a Sra. presidente da Câmara em 47 fotografias, classificou a situação como terceiro mundista,

comparando-a à propaganda de Saddam Hussein, à literatura infantil “Anita” e à figura do jornalismo televisivo “emplastro”.

O Sr. presidente da Mesa pediu ao Sr. deputado Luís Rendeiro que usasse de alguma contenção verbal, lembrando-o de não deter o direito de proceder a tais comparações, considerando imprópria a forma como se referira à Sra. presidente da Câmara.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, pedindo desculpas pelo exagero de linguagem, manteve a sua indignação, considerando o boletim municipal excessivo e um artigo de luxo, podendo muito bem ter sido elaborado em papel e formato mais económicos, à semelhança do adoptado por algumas empresas privadas nas suas campanhas publicitárias.

Referindo-se ao surgimento de lojas de penhores, deu conta das preocupações de alguns munícipes relativamente ao aparente aumento do roubo de ouro em algumas freguesias, já que estas lojas se anunciavam de dinheiro fácil e na hora, desejando por isso que a Sra. presidente da Câmara lhe explicasse quais os poderes da CM quanto ao licenciamento e fiscalização das referidas lojas, excluindo qualquer confusão quanto à recepção de alguns artigos ilegais por parte dos estabelecimentos.

Por último, decorrido um ano após a abertura das valas para a instalação e reparação de canalizações no Caminho dos Tinchais, ligando Santana no Porto Judeu à Canada do Parada na Feteira, reparou que a pavimentação ainda não estava feita. Sabendo-se do costume da autarquia em candidatar aqueles trabalhos a apoios comunitários, gostaria que a Sra. presidente o informasse do ponto da situação.

A Sra. presidente da Câmara começou por saudar o Sr. presidente da Junta de Freguesia da Serreta, agradecendo a sua amável recepção, desejando a todos uma boa noite de trabalho, esperando que o fervor da juventude e da assunção de novos cargos não conduzisse a certos exageros, já que considerara de extrema má educação a forma como o Sr. d.m. Luís Rendeiro se dirigira à sua pessoa.

Apesar de já ter presenciado pedidos de defesa da honra por situações de menor gravidade mostrou, por um lado, satisfação pelo facto do Sr. d.m. ter entendido as medidas de contenção adoptadas nas Sanjoaninas e, por outro, insatisfação por desconhecer que o desfile do Pinóquio resultara de uma iniciativa da Direcção Regional da Juventude, merecendo apenas o apoio logístico da autarquia sem qualquer encargo financeiro.

Informou que a publicação do boletim informativo custara nove mil euros, tendo sido impresso pela Nova Gráfica devido à contenção de despesas, já que, após consulta às gráficas locais, os custos elevar-se-iam para o dobro daquele valor.

No tocante às lojas de penhores, informou que não competia à CM licenciar actividades comerciais daquela natureza.

Finalmente, respondendo à questão colocada pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro sobre o Caminho das Tinchais, não se tratando de uma via municipal, desconhecia se a competência recaía sobre o IROA ou sobre os Serviços Florestais.

A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva questionou a Sra. presidente da Câmara sobre o encerramento da escola do Alto das Covas, no seguimento de recentes notícias divulgadas no Diário Insular em que se afirmava o encerramento da referida escola no prazo de cinco anos, depois de inauguradas as de S. Sebastião, Santa Bárbara e Carreirinha.

Considerando aquela situação merecedora de alguma reflexão já que, para além de em algumas freguesias os pais trazerem os filhos para aquela escola por não terem onde os

deixar, também colocaria em causa alguns postos de trabalho nos infantários existentes à sua volta que se ocupavam das actividades de tempos livres (ATL) de muitos dos seus alunos.

A Sra. presidente da Câmara lembrou que a notícia referida pela Sra. d.m. Alódia Silva resultara de uma conferência de imprensa do vereador e líder do CDS-PP Artur Lima decorrida no Alto das Covas, suscitando supostas declarações suas surgidas há pouco mais de um ano. Clarificando, recordou que há 3 ou 4 anos atrás, aquando do início da estruturação e organização dos equipamentos escolares, foram realizadas intervenções na escola Tomás de Borba, na escola da Ribeirinha, de Santa Bárbara, na Ferreira Drumond e também nas escolas Infante D. Henrique, no Alto das Covas, e na de S. Bartolomeu, visando a fixação da população escolar nas freguesias de residência, garantindo no meio rural condições de ensino idênticas às das freguesias próximas dos centros urbanos, no sentido de evitar situações como a da freguesia da Serreta em que a redução da população escolar levava ao encerramento da escola.

Fora também aprovada a carta educativa do concelho prevendo essa reestruturação, na qual, não sendo competência da autarquia, não fora feita qualquer referência ao encerramento da escola do Alto das Covas. Sendo aquela escola frequentada em grande parte por crianças de freguesias rurais e algumas delas também oriundas do concelho da Praia da Vitória, admitiu-se que, com a criação de novos equipamentos escolares e estruturas de apoio nessas freguesias, como sejam os ATL's, estariam reunidas as condições para que os pais mantivessem as crianças nas freguesias de residência ou em freguesias limítrofes.

Assim, há pouco mais de um ano, quando questionada sobre o destino daquele espaço, caso a referida escola fosse encerrada, respondera que seria ocupada pelos serviços da autarquia, considerando prematuras quaisquer afirmações relativas ao seu encerramento, enquanto as outras três não entrassem em funcionamento, tudo dependendo das opções dos pais e da decisão da Secretaria Regional da Educação.

Considerando um pouco paradoxal, por um lado a fixação das crianças nas suas freguesias de residência e por outro a manutenção da actividade da escola do Alto das Covas, alguma demagogia encerrava a ideia de pensar-se em perdas de emprego devido à saída das crianças da escola do Alto das Covas, já que as mesmas continuariam a necessitar dos ATL's, quer fosse nos espaços actuais quer noutros resultantes do reajustamento do próprio sistema, não perdendo naturalmente de vista as melhores condições de ensino para as crianças.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, após saudar os presentes, questionou a Mesa acerca de um pedido de documentos solicitados pelo grupo municipal do PSD respeitantes aos protocolos celebrados entre a CM, o Grupo Desportivo de Belém e os Leões do Porto Judeu, juntamente com as cópias das actas das respectivas reuniões de Câmara, desejando saber se essa documentação fora entregue à Mesa da Assembleia.

Agradecendo ao Sr. presidente da Junta de Freguesia da Serreta a calorosa recepção e aproveitando a presença dos órgãos municipais e da Sra. presidente da Câmara, lembrou que a freguesia da Serreta estava sem médico nas instalações da sua Casa do Povo, sugerindo o estabelecimento dos contactos necessários para colmatar tal lacuna.

O Sr. presidente da Mesa, relativamente à questão colocada pelo Sr. d.m. Guilherme Melo, informou que os serviços estariam a tratar da documentação solicitada e que, logo que disponível, seria entregue ao seu grupo municipal.

O Sr. d.m. Francisco Barros, mostrando também o seu agradecimento ao Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta pela mimada recepção aos membros da Assembleia Municipal, aguardava com expectativa a recepção à próxima reunião fora dos Paços do Concelho.

Recordando a existência em qualquer plenário local, municipal, regional ou nacional de momentos em que o debate se revelava mais acalorado, podendo por vezes extravasar alguns dos limites do bom senso, considerando-se ele próprio o exemplo de que isso por vezes acontecia, dirigiu-se ao Sr. d.m. Luís Rendeiro, lembrando a existência de locais próprios e fóruns mais interessantes do que a AM para afirmar a sua novel liderança nos cargos concelhios do PSD e que, ao falar-se de questões de propaganda através de boletins municipais, estariam a acusar-se todas as autarquias do país igualmente possuidoras de boletins informativos das respectivas actividades municipais.

Recordou que durante algum tempo a Câmara Municipal de Ponta Delgada publicava semanalmente no Açoriano Oriental um descartável de informação pago, proficuamente ilustrado com fotografias da sua presidente, a Sra. Berta Cabral.

No tocante à escola Infante D. Henrique do Alto das Covas, considerou contraditória a actual postura do grupo municipal do PSD e lembrou que no anterior mandato camarário fora apresentada na AM a Carta Educativa do concelho onde se identificavam os investimentos relativos à rede escolar do primeiro ciclo a efectuar pela autarquia, não sendo feita qualquer alusão directa ou indirecta ao encerramento de escolas, com excepção da actual escola da Ribeirinha a encerrar após a conclusão da nova, à semelhança do que se passaria em Santa Bárbara.

Na altura o grupo municipal do PSD vincara uma posição contrária àquele documento porque provocaria o encerramento de escolas nas freguesias, levando à perda de identidade das mesmas e à desertificação devido à saída das crianças, estranhando a argumentação actual de que a escola não podia encerrar por receber crianças provenientes de várias freguesias.

Atendendo à pressão efectuada por vários membros da AM em mandatos anteriores, incluindo a Sra. d.m. Alódia Silva e ele próprio, no sentido de se realizarem obras de reabilitação na referida escola, que se efectivaram, não deixaria de se reconhecer algum contra-senso entre a aprovação pela AM de um orçamento destinado à modernização da escola e a possibilidade do seu encerramento no prazo de um ou dois anos.

O Sr. d.m. José Alberto Borges desejou saber em que fase se encontrava o saneamento básico da Ladeira Branca, uma vez que se encontrava previsto no orçamento para o corrente ano, questionando também sobre qual o destino a dar à escola de S. Carlos.

Aceitando as explicações prestadas pela Sra. presidente da Câmara em relação à escola do Alto das Covas, disse esperar que o Sr. vereador Cota Rodrigues não aparecesse em casa de algum deles com ameaças porque a pergunta lhe fora feita indirectamente, estranhando que a Sra. Secretária da Educação, esposa do referido vereador, quisesse encerrar uma escola para lá instalar os SMAH.

Disse também esperar que o Sr. vereador passasse na rua onde morava e anotasse uma reclamação por ele apresentada há dois meses relativa à limpeza daquele arruamento, a qual ainda não fora realizada, nem tão pouco obtivera qualquer resposta.

O Sr. presidente da Mesa pediu alguma contenção verbal, devendo ser evitados certos trocadilhos que a nada levariam, considerando de mau gosto as afirmações do Sr. d.m.

José Alberto Borges ao confundir a posição do Sr. vereador Cota Rodrigues com as funções exercidas pela esposa.

A Sra. d.m. Carla Bretão agradeceu a amabilidade da recepção prestada pelo Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta aos membros da Assembleia Municipal, referindo que, pelo ar puro e riqueza geológica e botânica ímpar, a freguesia da Serreta deveria ser promovida como um local de bem-estar e ideal para se viver. Porém, no seu entender, estaria a envelhecer, apresentando cada vez menos habitantes, problema comum a muitas outras.

Tratando-se de uma freguesia isolada que apresentava alguma dificuldade em competir com as vantagens inerentes a uma maior proximidade ao principal centro urbano, defendeu a promoção de políticas visando essa aproximação, com vista a proporcionar maior eficácia na fixação da população na freguesia.

O grupo municipal do PSD, alertando o município para a tomada de medidas com vista a atrair as populações para as freguesias mais afastadas, considerava que a aprovação da redução do IMI na última Assembleia Municipal fora já um passo dado nesse sentido, faltando ainda muito por fazer, cabendo ao município delinear uma estratégia de desenvolvimento do concelho tendo em conta as características de cada freguesia. Nessa medida, quis saber quais as estratégias da autarquia no combate à desertificação das freguesias mais afastadas do centro urbano, depois de reconhecidos alguns problemas, como sejam a já mencionada falta de médico e a precariedade nas comunicações.

Sugeriu ainda a criação de um centro de dia e de noite para que os mais idosos se mantivessem na freguesia entregues a bons cuidados, reconhecendo a sobrelotação dos centros de idosos da ilha e os problemas com que a maioria das famílias se deparava no acompanhamento dos seus idosos, já que os centros de dia não funcionam diariamente.

Alertada pelo Sr. presidente da Mesa de que o seu grupo municipal apenas dispunha de 3 minutos, finalizou a sua intervenção, perguntando à Sra. presidente da Câmara qual seria a estratégia da CM relativa à sugestão apresentada pelo grupo municipal do PSD.

A Sra. presidente da Câmara, mostrando concordância com a Sra. d.m. Carla Bretão, recordou que dos compromissos assumidos pela lista do Partido Socialista candidata às eleições de Outubro passado constava como uma das principais preocupações a fixação de populações na zona noroeste do concelho.

Para além da redução do IMI nas freguesias dos Altares, Serreta, Doze Ribeiras e Raminho, reconheceu a necessidade de implementação de outras iniciativas no âmbito do apoio social dirigidas a idosos e crianças, além da componente de recreio e lazer, factores que considerou associados a uma boa qualidade de vida.

Destacou a construção da nova escola de Santa Bárbara, o pavilhão desportivo nas Doze Ribeiras e vários equipamentos de apoio à Educação, Desporto e Lazer e intervenções nos acessos agrícolas, estando prevista para o mês de Agosto na freguesia dos Altares, por iniciativa da CM em parceria como uma IPSS, uma experiência piloto com um ATL de férias, para a avaliação da vontade dos pais na manutenção das crianças naquele tipo de infra-estrutura e exercer pressão junto do governo regional com vista à criação de uma estrutura que funcionasse durante todo o ano.

No tocante aos idosos, atribuiu dificuldades na construção de qualquer centro de dia ou de noite na freguesia da Serreta, face à pouca densidade populacional, apostando em alternativa num apoio domiciliário de maior qualidade englobando a boa companhia, questões de higiene, apoio à alimentação, entre outros serviços, que deveriam ser

prestados por alguém da freguesia conhecido dos idosos e com quem se sentissem mais seguros, estando já a diligenciar-se no sentido da sua execução a título experimental.

Reconhecendo a falta de médico como um problema relevante, especialmente para a população mais idosa com maior dificuldade de deslocação, lembrou que a junta de freguesia se preparava para investir na escola que lhe fora cedida, dotando aquele espaço com os equipamentos necessários à deslocação regular do médico à freguesia.

Considerou também importante a criação de infra-estruturas de apoio ao desporto e lazer que garantissem maior qualidade de vida à faixa etária intermédia.

Lembrou finalmente que a Serreta possuía condições naturais para iniciativas ligadas à natureza, como a pesca e as caminhadas, tendo já sido iniciadas actividades nessa área e reunidas condições para possibilitar a permanência dos turistas por um dia.

O Sr. d.m. Jorge Belerique, lembrando uma questão levantada por si numa reunião anterior da AM relativa à segurança do muro do suporte de terras a Norte do Caminho das Figueiras Pretas, reparou que, após a derrocada de uma parte, o referido muro ameaçava ruir noutros locais o que constituía algum perigo público.

Temendo que a situação se arrastasse até ao próximo Inverno, podendo piorar, questionou a Sra. presidente da Câmara sobre os desenvolvimentos relativos aos contactos que encetara para a sua reparação e se considerava também a possibilidade da colocação de semáforos ou a criação de outra solução que minimizasse a perigosidade do cruzamento da referida via com a Ladeira Branca.

A Sra. presidente da Câmara lembrou que na última reunião informara que decorria a avaliação de uma faixa do terreno no Caminho das Figueiras Pretas e a inclusão da correcção daquela via no próximo pacote de estradas, implicando a aquisição de 1600 metros de terreno, informando que a dita avaliação já fora executada pelo Sr. Eng. Osvaldo Ávila.

Fora também adjudicado o projecto que conduziria não só ao alargamento da referida via, mas também ao de outra na freguesia do Raminho e uma outra ainda no Pico da Urze de ligação das Figueiras Pretas à Penha de França, com um prazo de entrega de 45 ou 60 dias. Estando os processos a avançar em paralelo, adiantou que brevemente se procederia à respectiva intervenção.

O Sr. presidente da Mesa saudou todos os serretenses, incluindo o Sr. padre Manuel Carlos, Pároco daquela freguesia e seu velho amigo, que, apesar da exiguidade das instalações, se encontravam a assistir à reunião da AM.

A Sra. d.m. Anabela Gomes, aproveitando a realização da reunião na freguesia da Serreta, ressaltou a existência na zona do Farol dos últimos núcleos de pau branco da ilha Terceira, uma espécie de boa qualidade, completamente desprezada, agora infestada por metrosíderos - árvore oriunda da Austrália e Nova Zelândia com um elevado poder de propagação – que haviam já atravessado a estrada e pareciam ter caído em graça de alguns angrenses, a avaliar pelas recentes declarações públicas vindas em sua defesa.

Lembrou também a existência de um chafariz na mata da Serreta que, em nome do progresso, fora levado do Posto Santo para ali nos anos 30 a pedido do Sr. Major Silva Araújo, ex-comandante do B.I.I. 17.

Reparando que algumas árvores se encontravam vergadas por cima do referido chafariz, ameaçando cair-lhe em cima, apelou ao Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta e à

Sra. presidente da Câmara para que se procedesse ao corte das ditas árvores e se retocassem as cantarias que se encontravam cobertas de musgo.

A Sra. presidente da Câmara, confessando-se desconhecadora da existência dos referidos núcleos de pau branco, lembrou tratar-se de uma tarefa da competência dos Serviços Florestais, prometendo dar conhecimento da situação.

Relativamente à zona de lazer da mata da Serreta, mencionou uma reunião tida com o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas em que, entre outras questões, fora abordada a conservação da referida mata e toda a sua envolvente, incluindo o chafariz, tendo já sido recuperada a casa da mata, decorrendo no momento uma intervenção na própria mata.

Deu conta também da planificação conjunta com os Serviços Florestais das intervenções a levar a cabo no Monte Brasil, no sentido de promover melhorias nas infra-estruturas de apoio e outros cuidados a ter com aquele local.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves começou por agradecer ao Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta o excelente início de serão, propiciador de um bom desenvolvimento dos trabalhos.

Em relação à situação das Figueiras Pretas, alertou para o facto de o maior problema não residir na largura da estrada mas sim na quantidade de água que escorria, saturando a ribeira que por vezes inundava a rotunda, entendendo decisivo o desvio da água para outro local.

Perguntou também à Sra. presidente da Câmara se tinha intenção de cumprir a promessa feita em sessões anteriores de entregar à AM os documentos que serviram de fundamento ao empréstimo para sanear as dívidas anteriores das Sanjoaninas.

O Sr. d.m. João Santos, em tom de graça, entendeu não tecer mais elogios ao Sr. presidente da Junta de freguesia da Serreta pela recepção feita aos membros da Assembleia Municipal, por correr-se o risco de não restar espaço na acta.

Recusando constituir-se em advogado de defesa da Sra. Dra. Lina Mendes, Secretária Regional da Educação, e do Sr. vereador Cota Rodrigues, seu marido, mas sim em defensor do nível das reuniões da AM, mesmo as mais acaloradas, não quis deixar passar em claro a intervenção do Sr. d.m. do CDS-PP José Borges que, para além de tremendamente injusta, revelara também má vontade e uma agressão gratuita a que a assembleia não estava habituada.

Revelando antes desconhecimento, por não ter feito o trabalho de casa, problema que não lhe dizia respeito por não ser o presidente do grupo municipal nem líder do partido a que pertencia aquele d.m., lembrou tratar-se de uma matéria do foro da ALR, cabendo a decisão de encerramento de qualquer escola ao Governo Regional e não a Câmara Municipal, baseada em decreto legislativo regional e discutida na ALR e não na AM.

Recordou ainda que a hipótese de encerramento fora tida em conta há já muito tempo no Conselho Local de Educação, e também elaborada uma Carta Educativa aprovada por unanimidade e tornada pública, bastando ao Sr. d.m. José Borges que a tivesse lido.

Por fim classificou a intervenção do Sr. d.m. José Borges de “ofensa gratuita”, já que a primeira vez que se pusera a hipótese de encerramento da dita escola o Sr. Eng.º Cota Rodrigues ainda não ocupava a função de vereador, nem a Dra. Lina Mendes a de Secretária da Educação.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, após saudar os presentes, agradeceu também ao Sr. presidente da Junta de Freguesia a amável recepção, característica da freguesia da Serreta

e dos angrenses em geral., preferindo, para não ser tentado, comparecer um pouco mais tarde, evitando assim prejudicar a contenção a que se propusera no tocante à alimentação.

Mostrou ainda satisfação pela realização da AM de forma descentralizada, permitindo aos seus membros um contacto mais directo com as várias localidades do concelho.

Dirigindo-se à Sra. presidente da Câmara, questionou-a sobre o hotel do Canta Galo, já que, segundo informação publicada na imprensa local, aquela obra estaria concluída até ao final do verão sem sofrer qualquer atraso, parecendo-lhe, ao passar pelo local, existir um excesso de optimismo em tais informações.

Solicitou mais alguma informação relativa à responsabilidade da CM naquela obra, designadamente através de algum investimento financeiro, infra-estruturas ou algo relativo a terrenos, e, caso afirmativo, de que forma estaria a autarquia salvaguardada em caso de qualquer incumprimento para que pudesse ser ressarcida dos eventuais meios disponibilizados para a construção do referido hotel e para quando se perspectivava a finalização da obra.

Por fim e no tocante à Canada dos Folhadais, referindo existirem algumas reclamações por parte dos moradores a respeito da situação em que se encontravam as obras nela em curso, remetendo a CM a responsabilidade de qualquer esclarecimento para o empreiteiro, o que considerou inaceitável já que tal responsabilidade a ela caberia, admitindo, no entanto, tratar-se de informação mal transcrita pela comunicação social.

A Sra. presidente da Câmara, sobre o Hotel de Canta Galo, informou tratar-se de um investimento 100% privado, sem qualquer envolvimento da autarquia, não lhe cabendo direito a qualquer ressarcimento enquanto vendedora do terreno, já que o mesmo fora pago pelo proprietário dentro dos prazos previstos.

Quanto às possíveis afirmações de que a obra estaria pronta antes do final do verão, admitindo tratar-se de previsões anteriores ao início da obra, de acordo com as informações de que dispunha, o empreiteiro teria dado férias aos funcionários e a estrutura estaria em manutenção. Informou ainda que a autarquia intervinha apenas como entidade licenciadora, no caso de alterações ao projecto, o que acontecera.

No tocante às obras da Canada dos Folhadais, a autarquia não prestara qualquer esclarecimento aos órgãos de comunicação social, acontecendo apenas que, devido a atrasos imputáveis ao empreiteiro e estando a decorrer em simultâneo intervenções no Caminho do Meio de S. Carlos, se optara pela suspensão dos trabalhos na Canada dos Folhadais por questões relacionadas com a fluidez do trânsito.

Adiantou ainda que, após a conclusão das obras no Caminho do Meio de S. Carlos se retomaram as obras na Canada dos Folhadais, prevendo-se para breve o início da asfaltagem até à ligação ao Pico da Urze e a sua finalização naquela localidade até ao final do verão, evitando constrangimentos no início do ano lectivo.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte solicitou de novo à Sra. presidente da Câmara informações sobre a responsabilidade da autarquia na edificação do referido hotel e sobre a forma como se processara a venda dos terrenos, se por adjudicação directa ou hasta pública, e se merecera a aprovação da Assembleia Municipal, por se tratar de alienação de património municipal.

A Sra. presidente da Câmara disse tratar-se de um investimento privado com recurso a fundos comunitários não envolvendo qualquer intervenção da autarquia e recordou que os terrenos foram vendidos há cerca de cinco anos atrás, manifestando-se convicta, apesar de não ter acompanhado o processo de venda, de que tudo decorreria dentro das normas

legais, recordando-se que o pagamento se processara em duas tranches de 375 mil euros cada.

O Sr. d.m. José Cipriano Martins, começando por mencionar a longa amizade que mantinha com o Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta, lembrou que não fora convidado para o jantar, solicitando à mesa autorização para proceder à leitura de um pequeno texto referente a um voto de saudação sobre o centenário do nascimento de José de Sousa Brasil – O Charrua - ocorrido no passado dia 24 de Junho.

O Sr. presidente da Mesa, informando que dera entrada na mesa um voto do PSD sobre o mesmo assunto, solicitou ao Sr. deputado José Cipriano que fizesse chegar à mesa o referido documento para que, na altura própria, fosse posto à consideração dos Srs. deputados municipais.

O Sr. d.m. António Alves, mostrando à Sra. presidente da Câmara o seu agrado pelo facto das Sanjoaninas terem decorrido sobretudo em torno do centro da cidade, daí resultando um maior convívio entre os participantes, elogiou também a circunstância da obrigatoriedade do pagamento dos concertos realizados no bailão, elevando assim os padrões de qualidade das festividades.

Reconheceu ainda a qualidade do boletim municipal, destacando a transparência no tocante aos apoios prestados às colectividades.

Quanto ao chafariz a que a Sra. d.m. Anabela Gomes referira, informou que com agrado o receberia de volta ao Posto Santo, caso o Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta o quisesse devolver.

Por fim, dando a conhecer que no Posto Santo não se utilizava a expressão ir à mata da Serreta, mas sim ver a “pomba do José Cabaça”, questionou a Sra. presidente da Câmara quanto à cobertura do pavilhão do Posto Santo.

A Sra. presidente da Câmara informou que fora lançado o procedimento com vista à elaboração do projecto de cobertura do campo anexo à escola do Posto Santo e que, após a conclusão do prazo de 30 dias dado ao projectista, se avançaria com o concurso para a execução da obra.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, exprimindo a sua opinião pessoal como observador externo e sem qualquer interesse directo, classificou a escola do Alto das Covas de “mamarracho” sem qualquer valor arquitectónico, entendendo a sua existência actual descabida de qualquer sentido devido às actuais circunstâncias da malha urbana de Angra.

Recordando a destruição do Convento da Graça para em seu lugar erigir a dita escola em forma de caixote rectangular, não merecendo tão pouco o apreço dos defensores da contemporaneidade, do ponto de vista da circulação automóvel existia algum constrangimento já que os pais, após ali deixarem os seus filhos, ficavam parados a observá-los até à sua entrada na escola, criando algumas dificuldades ao trânsito.

Destacando não só a existência de vários problemas relacionados com segurança, por se tratar de uma zona de afluência de repatriados e de crianças provenientes dos ATL's que funcionam ali à volta, mas também por se tratar de uma escola sem capacidade de expansão e com pátios reduzidos para as actividades lúdicas dos alunos, defendeu o seu encerramento, face à existência de uma rede de escolas circundantes à cidade com melhores condições.

No tocante ao INATEL, referiu que aquela fundação comprara uma casa situada na zona classificada de Angra, num enquadramento patrimonial importante ao lado das “Mónicas” e de duas ou três casas em ruínas no Beco da Pereira, com a pretensão de as reconstruir para servirem de pousada. Com a actual reestruturação do INATEL, a direcção da Fundação transitada para Ponta Delgada deixara ao abandono as ruínas adquiridas no Beco da Pereira, de onde se desfrutava uma vista maravilhosa sobre a cidade, e a Sede quase em ruínas.

Lembrou também que, enquanto representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Geral do INATEL, sempre criticara tal situação e que o argumento para a não recuperação dos referidos edifícios, juntamente com uma casa na cidade da Horta e a Sede de Ponta Delgada, sempre recaíra na falta de verbas.

Lembrou ainda que a direcção da Fundação INATEL, agora unificada em Ponta Delgada, não podia deixar ao abandono um património notável situado numa zona classificada e solicitou à CM uma chamada de atenção junto dos seus responsáveis, no sentido de se evitar um agravamento da situação, já que a referida casa se encontrava corroída pelas térmitas, com os muros degradados e o tecto prestes a ruir.

O Sr. d.m. José Alberto Borges lembrou a Sra. presidente da Câmara que não obtivera resposta relativamente à escola de S. Carlos e ao saneamento básico da Ladeira Branca e, dirigindo-se ao Sr. d.m. João Maria Mendes, disse-lhe que “mamarracho” era a biblioteca pública agora em construção, por não se enquadrar na arquitectura da cidade.

A Sra. presidente da Câmara referiu que, por deliberação camarária, mediante proposta sua, a escola de S. Carlos fora cedida à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo pelo período de um ano e meio, a fim de prosseguir com a actividade de formação profissional no âmbito do programa “Reactivar”.

Informou também que a escola do Plano dos Centenários estava cedida à Biblioteca pública, na falta de melhor solução para o arquivo lá depositado.

Quanto ao saneamento básico da Ladeira Branca, recordou que a proposta formal do CDS-PP apresentada pelo Sr. Vereador Artur Lima visava a sua inclusão no Plano de Investimentos da autarquia no próximo pacote de estradas para 2011 e não no corrente ano.

A Sra. d.m. Anabela Gomes, fazendo suas as palavras do Sr. d.m. João Maria Mendes, também considerou a escola Infante D. Henrique do Alto das Covas um “mamarracho” que deveria desaparecer dali porque dificultava o trânsito, devendo reservar-se aquele espaço para a criação de um parque com algumas árvores, já que as existentes na Ladeira de S. Francisco e na Avenida Tenente-Coronel José Agostinho deveriam ser retiradas por não se adequarem ao local. Recordou a estreiteza do passeio da dita Ladeira e a dificuldade introduzida pelas árvores nela existentes à passagem de uma cadeira de rodas, mas, à hipótese do seu corte, juntamente com as da Av. Tenente-Coronel José Agostinho para nivelamento dos passeios, apareceriam com certeza os tradicionais artigos no jornal com as habituais críticas, em lugar de se criarem soluções.

Referindo-se às podas efectuadas nas árvores do Largo da Igreja da Sé, considerou um acto criminoso o que lá fora feito, já que ali existia espaço suficiente para a permanência de árvores frondosas.

No sentido de evitar situações idênticas no futuro, sugeriu que as actuais fossem retiradas e substituídas por carvalhos, árvores de tronco espesso e copa naturalmente redonda que não necessitavam de podas constantes.

Referindo-se ainda à curva do "Ferreira das Bicas", abaixo da Boa Hora, chamou a atenção para o mau estado em que o muro se encontrava, correndo o risco de desabamento, a avaliar pelas barrigas que apresentava.

O Sr. d.m. Francisco Barros, em jeito de informação ao Sr. d.m. João Maria Mendes, recordou que a situação do INATEL fora objecto de discussão na anterior sessão da AM. Não sendo sócio da referida fundação nem tendo desempenhado nela qualquer cargo, informou também que há cerca de duas ou três semanas aquando das comemorações do 35º aniversário daquela fundação realizadas na Quinta do Galo, embora não estivesse presente, obtivera a informação de que havia a firme intenção de se proceder à recuperação e reabilitação daquele património.

No tocante à escola do Alto das Covas, referiu que os seus filhos lá estudaram durante seis anos e, independentemente do seu aspecto arquitectónico não ser o melhor, possuía um corpo docente de excelente qualidade, para além dos eventuais constrangimentos que aquele edifício pudesse causar no trânsito automóvel.

O Sr. d.m. João Maria Mendes recordou que não se referira à qualidade do ensino da escola do Alto das Covas nem à excelência do seu corpo docente e que a delegação do INATEL de Angra do Heroísmo, a primeira criada nos Açores, fora extinta, existindo actualmente uma agência que dependia da delegação que transitara para Ponta Delgada.

Não se fazendo procurador dos párocos da Sé, informou a assembleia que o Sr. Padre Hélder Fonseca lhe contara que por várias vezes recebera queixas dos vizinhos com a apresentação de facturas referentes a prejuízos causados pela queda de ramos das árvores nos telhados dos edifícios anexos e nos carros estacionados nas ruas circundantes, recusando todas as seguradoras a fazer seguros referentes às ditas árvores, não sendo de estranhar a relutância com que alguns se pronunciavam contra a poda das árvores, pois, sendo natural da freguesia rural das Cinco Ribeiras, sempre vira podar árvores, apelidando as pessoas de desleixado quem o não fizesse.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, em jeito de pedido de esclarecimento à Mesa, estranhou a lentidão da CM em fotocopiar e entregar, conforme requerido, dois contratos programa celebrados com o Desportivo de Belém e com o Sporting Clube "Os Leões" e duas actas de reuniões de Câmara, considerando tratar-se de um atropelo ao regimento e uma falta de respeito para com o PSD e a própria Assembleia, fiscalizadora das acções da CM.

Sobre o hotel do Canta Galo, lembrou a Sra. presidente da Câmara que o proprietário pagara a primeira prestação atempadamente, mas que o seu antecessor se vira na necessidade de negociar o pagamento da segunda prestação em várias tranches.

O Sr. presidente da Mesa lembrou o Sr. d.m. Guilherme Melo que, apesar do pedido de esclarecimento à mesa, o grupo municipal do PSD ultrapassara o seu tempo em três minutos.

Em relação aos documentos solicitados, informou que no dia seguinte obteria as informações necessárias.

A Sra. presidente da Câmara, confessando desconhecer aquela matéria, informou que seriam localizados pelos serviços e entregues no dia seguinte os documentos pedidos, não havendo qualquer intenção de sonegar informação e que só não o fizera já por desconhecimento.

Quanto ao pagamento dos terrenos do hotel do Canta Galo, apenas tomara conhecimento que se tratavam de duas prestações de 375 mil euros e se, pelos vistos, o Sr. d.m.

Guilherme Melo estava melhor informado que ela própria, deveria ter esclarecido o seu colega de bancada Dr. Joaquim Ponte.

O Sr. presidente da Mesa, que por lapso, talvez motivado pela exiguidade do tamanho da mesa de trabalho, não o fizera na altura própria, abriu à discussão as actas da 1ª e 2ª sessão ordinária, respectivamente de 22 de Fevereiro e 30 de Abril de 2010.

Não havendo inscrições, postas à votação separadamente, **as actas da 1ª e da 2ª sessão ordinária, respectivamente de 22 de Fevereiro e de 30 de Abril de 2010, foram aprovadas por maioria**, ambas com 34 votos a favor e 2 abstenções.

O Sr. presidente da Mesa, antes de dar início ao Período da Ordem do Dia, informou terem dado entrada na Mesa dois votos de Saudação pelo centésimo aniversário do nascimento de José de Sousa Brasil “Charrua”, apresentados pelo grupo municipal do PSD e pelo Sr. d.m. independente José Cipriano Sousa Martins.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 30 de Abril a 28 de Junho, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A **Sra. presidente da Câmara** destacou em traços gerais a participação na Feira Agrícola 2010, a cerimónia de cedência das salas de apoio à actividade pastoral no Porto Judeu, o Plano Municipal de Comportamentos de Risco, as Sanjoaninas 2010, que apesar das alterações de figurino haviam decorrido com normalidade, o concurso Angra Rock, a manutenção da Bandeira de Praia Acessível e a atribuição da Bandeira Azul à zona balnear do Refugio, fazendo de Angra do Heroísmo o concelho açoriano com o maior número de zonas balneares com Bandeira Azul.

No tocante à Acção Social e Habitação, deu conta da deliberação em reunião de Câmara da atribuição dos equipamentos de tele-assistência a idosos e da distribuição do Guia do Morador nos empreendimentos habitacionais da CM, constando de campanhas de sensibilização a levar a cabo pela Divisão dos Serviços Sociais para a limpeza das habitações, boas relações com a vizinhança e a não realização de obras ilegais, bem como das campanhas conjuntas com os SMAH respeitantes à reciclagem, tratamento de resíduos e utilização da água.

No âmbito do Plano Municipal de Prevenção de Comportamentos de Risco e Toxicodependência, informou a realização no dia 15 de Junho de uma reunião visando a definição e articulação das iniciativas a decorrer no corrente ano.

No que à actividade dos SMAH dizia respeito, referiu a aquisição de dois contentores de 770 litros e 104 contentores do tipo “Eco box” e 19 “oleões”, estando em implementação um Plano de Gestão de Resíduos para as duas principais estruturas de tratamentos de águas residuais.

No âmbito da investigação e desenvolvimento, destacou a caracterização qualitativa e quantitativa dos fluxos de resíduos relativamente ao Projecto “Green Island” e ainda a avaliação do potencial agrícola das lamas de depuração da ETAR da Grota do Vale.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Turismo e Promoção Municipal e Património Cultural do Concelho, salientou o trabalho de levantamento, conjuntamente com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, referente à candidatura para o Projecto de Urbanismo Comercial.

Ao nível dos equipamentos desportivos informou estar em fase de conclusão a melhoria dos campos de ténis e iniciado o processo para adaptação do recinto de jogos do pavilhão municipal às novas regras definidas para o basquetebol, estando também a decorrer o levantamento das novas normas da Federação Portuguesa de Futebol para as competições das 2ª e da 3ª divisões nacionais, tendo-se procedido já ao levantamento das necessidades no Pavilhão Luís Bretão com vista à resolução de problemas de infiltrações de água existentes na cobertura.

Por fim, informou que a 7 de Junho fora assinado o contrato relativo ao procedimento com vista à implementação do sistema de telegestão e avançar-se-ia com o respectivo investimento.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro começou por fazer notar à Sra. presidente da Câmara que se esquecera de mencionar o anúncio na Comunicação Social, com alguma pompa e circunstância, em conjunto com o Sr. presidente da CMPV, da criação de uma empresa inter-municipal para a gestão de resíduos na ilha Terceira, o que fora interpretado como um facto consumado, julgando ser já um mau hábito o anúncio de medidas na Comunicação Social antes da sua discussão nos locais próprios, designadamente nas reuniões de câmara.

Sobre este aspecto, quis saber como fora possível num executivo minoritário fazer passar uma proposta deste género em reunião de câmara, citando também notícias publicadas no site da CM em que a referida empresa inter-municipal, para além do tratamento de resíduos, poderia também executar projectos económicos, culturais ou recreativos o que, em sua opinião, não se enquadrava nos seus objectivos e ainda se a referida empresa viria a ocupar o lugar da Culturangra.

Lembrou ainda que em todas as sessões vinha questionando o executivo camarário acerca de assuntos relacionados com os resíduos, obtendo apenas respostas evasivas do tipo de que os projectos se encontravam em estudo, aparecendo depois na Comunicação Social anúncios da criação de empresas sem o debate nos locais próprios, facto merecedor de discordância do seu grupo municipal, não deixando por denunciar sempre que outros ocorressem em idênticas circunstâncias.

Destacou ainda que no boletim municipal fora anunciado como actividade camarária a inauguração de estruturas de lazer infantil no Relvão, ao mesmo tempo que mais ao fundo daquele espaço se encontrava uma estrutura em formato de coreto, com obras em curso há cerca de dois anos e sem conclusão à vista, questionando também para quando a finalização da intervenção no tanque do azeite.

Verificando na actividade camarária o início do processo de desratização com a distribuição de 3900 (três mil e novecentos) kg de raticida às juntas de freguesia, uma vez que o grupo municipal do PSD apresentara uma proposta específica respeitante à desratização, entretanto chumbada pela AM, gostaria de saber se, para além da incorporação de um novo tipo de roedenticida na dita campanha, algo diferente estaria a ser feito ou se apenas se continuava com a tradicional distribuição de toneladas de

raticida manipuladas por toda a gente sem que houvesse um plano concertado de desratização com equipas especializadas para o efeito.

Por fim discordou do patrocínio a dar pela Câmara de Angra do Heroísmo à realização do primeiro evento internacional de “Free Style Football” em território português, dadas as restrições económico-financeiras, exigindo maior rigor na gestão dos dinheiros públicos, apesar da vontade de ver o seu concelho em destaque.

A Sra. presidente da Câmara, quanto ao anúncio público feito em conjunto com o Sr. presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, referiu que nessa informação podia também ler-se que era intenção dos dois autarcas apresentar toda a documentação às Assembleias Municipais nas respectivas sessões de Setembro, antecedidas da apresentação em reuniões de câmara.

Para além da solução para o tratamento dos resíduos, pretendia-se também encontrar uma figura jurídica visando um melhor enquadramento de todos os procedimentos. No seu entender e no de Roberto Monteiro, após ter sido também estudada a hipótese da constituição de uma Associação de Municípios da ilha Terceira, ponderadas as vantagens e os inconvenientes de ambas as soluções, a constituição de uma empresa inter-municipal seria a mais viável. Informou também que, após a conclusão de todos os estudos e após validação de toda a informação necessária, o assunto seria submetido às reuniões de câmara respectivas.

No tocante às intervenções no Relvão, salientou que o boletim municipal se referia a um equipamento lá instalado em forma de círculo, lembrando que nos últimos dez anos o Relvão fora sendo dotado de todas aquelas infra-estruturas tendo-se executado de há um ano a esta parte a drenagem das águas pluviais e lançado o procedimento com vista à substituição do piso para caminhadas. Salientou ainda que as intervenções no Relvão têm sido constantes e que no Plano de Investimentos da autarquia constava toda a informação detalhada sobre a matéria, incluindo a criação de um quiosque.

Informou que o tanque do azeite fora tratado mas, devido à existência de fugas, não fora cheio com água, desenvolvendo-se no momento os estudos conducentes a uma solução que evite o seu revestimento com cimento.

Quanto à desratização, tratara-se de uma acção conjunta que conduzira à utilização de dois tipos de venenos, articulada entre as duas autarquias e a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário.

Por fim, considerou necessário o uso de alguma cautela ao falar-se em contenção, porque isso não significava que o concelho de Angra do Heroísmo desaparecesse do mapa, assim como qualquer outro do país. Defendendo a necessidade de promoção do desporto espectáculo com recurso a soluções economicamente mais vantajosas, destacou também a realização em Angra do Heroísmo do Congresso Internacional do Desporto, não significando que contenção correspondesse ao fim de todas as actividades desportivas, à semelhança das Sanjoaninas que, apesar de alguma redução nas despesas, não deixaram de se realizar.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, identificando-se como frequentador assíduo do Relvão acompanhando as suas filhas, constatou que a relva e as ervas daninhas estavam bastante altas revelando algum desmazelo, sugerindo que o corte fosse efectuado à sexta-feira já que aquela zona era mais frequentada ao fim-de-semana.

Referindo-se uma vez mais às actas das reuniões de câmara, após consulta do site camarário feita há duas horas atrás, possuindo a Câmara tantos recursos, estranhou o

facto de ainda não se encontrar disponível qualquer acta referente ao actual mandato, ao contrário da Mesa da Assembleia Municipal que, estando de parabéns, conseguia disponibilizar todas as actas em tempo oportuno.

Quanto ao Plano de Acção e Requalificação da Zona Classificada, noticiado na página electrónica referida, solicitou a sua apresentação à AM para acompanhamento do levantamento das situações referentes ao Centro Histórico e assim saber-se com mais pormenor quais as soluções apontadas pela Câmara e o calendário das obras de melhoramento.

No tocante aos idosos, quis saber quais as actividades de verão referidas na página 10 do relatório e se nelas, este ano, se incluía um almoço para todos os idosos do concelho.

Referindo-se às acções de formação dos SMAH referentes a Maio e Junho de 2009 relatadas na página 25, questionou se se tratava de algum erro ou se seriam as últimas acções daqueles serviços.

Congratulando-se com o trabalho desenvolvido pela CM, destacado na página 28 do relatório, com vista à classificação da Ribeira dos Moinhos em imóvel de interesse municipal, apelou à criação de um projecto tendente a um melhor conhecimento público de toda a economia desenvolvida em torno dos moinhos e à possível recuperação de alguns deles.

No tocante ao Projecto de Urbanismo Comercial, também referido na página 28 do mesmo relatório, quis saber que equipamentos seriam adquiridos e onde e quando seriam colocados.

Apelou ainda a um maior cuidado na elaboração do relatório em apreciação, já que, no tocante ao Serviço Municipal de Protecção Civil, várias acções foram registadas repetidamente, designadamente a queda do muro das Figueiras Pretas, o que, configurando um erro de “copy-paste”, conduziria a uma perda de credibilidade, naturalmente não da responsabilidade directa da Sra. presidente da Câmara, mas aconselhando a um maior rigor na leitura dos relatórios parciais.

Por fim, no tocante ao ajuste directo na aquisição do projecto da execução e estudo geológico para a empreitada de reabilitação e criação de diversos arruamentos do concelho, pacote 3 de 2010, desejou saber quais os arruamentos nele incluídos.

A Sra. presidente da Câmara, afirmando-se de igual modo frequentadora assídua do Relvão pelos mesmos motivos que o Sr. d.m. Guilherme Melo, apenas por uma vez constataria a relva alta, adiantando que, com a necessidade de se proceder ao corte em várias zonas e ao seu rápido crescimento naquela altura do ano, nem sempre se apresentava com o melhor aspecto.

Quanto ao plano de Acção e Requalificação da Zona Classificada, mostrou-se disposta a facultar toda a informação relativa ao levantamento exaustivo efectuado rua a rua pela Sra. arquitecta Leonilde, com a supervisão da Sra. vereadora Raquel, bem como o Plano de Acção resultante dessa iniciativa.

Quanto às acções relativas aos idosos, referiu que acabara de receber por e-mail a proposta para a realização da tradicional feira dos centros de convívio no mês de Julho. Para além daquela feira, deu conta de outras actividades diversificadas a acontecer todos os meses.

Referindo-se ao Projecto de Urbanismo Comercial, informou tratar-se de uma candidatura formalizada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que incluía

acções das duas autarquias da ilha, prevendo a requalificação de espaços públicos em simultâneo com a requalificação de espaços comerciais, correspondendo um apoio da autarquia tanto maior quanto maior se verificasse o investimento privado.

Finalmente informou que já fora facultada a informação aos Sr. vereadores sobre o ajuste directo na aquisição do projecto da execução e estudo geológico para a empreitada de reabilitação e criação de diversos arruamentos do concelho e salientou que o pacote 3 incluía vários arruamentos, alguns deles já referidos no decorrer da sessão, tais como a estrada do Raminho e a ligação das Figueiras Pretas à Penha de França, entre outras intervenções no Porto Judeu, na canada das Relvas nas Doze Ribeiras, etc.

O Sr. d.m. José Alberto Borges, referindo-se ao relatório da actividade municipal, no tocante ao Serviço Municipal de Protecção Civil, chamou a atenção para o facto da frase “...*apoio na limpeza das ribeiras em conjunto com as freguesias da Serreta, Raminho, S. Sebastião, S. Pedro e Altares*” se encontrar repetida três vezes.

Sugerindo que a Sra. presidente da Câmara percorresse a Canada do Pico, a Canada das Catorze, a Canada do Sabugueiro, a Canada do Cemitério, o acesso ao tanque velho, o acesso às Lagoinhas na Ladeira Alta, o acesso ao tanque Lagoim para verificar o péssimo estado de conservação em que se encontravam, algumas delas parecendo autênticas ribeiras, solicitou que a rápida intervenção camarária na parte que lhe dissesse respeito e aconselhasse os Serviços Florestais a fazerem o mesmo nas áreas da sua competência.

Recordando que algumas daquelas canadas continham interesse turístico por se integrarem em percursos pedestres, solicitou o empenho da Sra. presidente da Câmara em benefício da freguesia da Serreta.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, dispensando-se de ler o relatório com o rigor com que o Sr. d.m. Guilherme Melo o fazia, congratulou-se com a Sra. presidente da Câmara e com os Srs. vereadores pelas actividades desenvolvidas nos últimos tempos.

Como testemunho do empenhamento da Câmara na manutenção e limpeza da cidade de Angra, significativo por se tratar de alguém de nacionalidade inglesa, por sinal não residente, deu conta da admiração expressa pela esposa do Sr. Dr. Rui Ramos que, a convite do Dr. Miguel Monjardino, de quem era amigo, se deslocara à ilha Terceira para proferir uma conferência.

Em relação à criação da empresa intermunicipal, salientou que a questão fundamental residia na criação de estruturas que resolvessem o problema da gestão e tratamento de resíduos na nossa terra, não devendo dar-se importância a questões secundárias relativas à forma como a informação fora divulgada, aproveitando para saudar as Câmaras Municipais da Praia e de Angra pelo empenho posto na resolução do que considerou uma questão fundamental para a ilha Terceira.

Congratulando-se também com a CM pela criação do Plano de Salvaguarda da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, considerou importante a existência de uma planificação para a manutenção da qualidade patrimonial da cidade, área em que sempre interviera, entendendo os Planos de Salvaguarda como peças criadas por empresas especializadas, acompanhados por comissões de fiscalização, passíveis de todos se poderem e deverem pronunciar sobre eles.

Dirigindo-se à bancada do grupo municipal do PSD, criticou os seus membros por quererem sempre o contrário do existente, receando daqui a dias ouvir criticarem a cor do

papel ou o tamanho da letra utilizada, significando tal atitude a ausência de reparos a fazer e que a CM estaria a executar o seu programa de forma capaz.

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro, referindo-se ao restauro do “Babão” efectuado pela CM, questionou a Sra. presidente da Câmara sobre a razão da sobreposição de serviços, visto que o antigo Centro de Restauro dependia da Direcção Regional da Cultura.

Aludindo a intervenção da Sra. d.m. Anabela Gomes, por desconhecedor apesar de ligado à área do restauro havia 40 anos, congratulou-se com a existência da mancha de Pau Branco referida, madeira maravilhosa que substituíra o Jacarandá ou o Pau-santo. Lembrando-se de intervenções no Palácio dos Capitães Gerais onde se utilizara aquela madeira, defendeu a intervenção da DRC junto dos Serviços Florestais, visando a sua preservação, à semelhança do sucedido com o Cedro do Mato.

Em relação ao chafariz localizado na Mata da Serreta, informou que o antigo Centro de Restauro também possuía uma técnica especializada em restauros em pedra, não havendo necessidade da CM investir determinadas verbas, já que, no seu entender, se tratavam de serviços da responsabilidade da DRC que também deveria intervir no combate às térmitas.

A Sra. presidente da Câmara, informando que o Sr. d.m. José Alberto Borges lhe fizera chegar uma lista com propostas de intervenção em algumas canadas da freguesia da Serreta, lembrou que nos últimos dois anos se interviera em 3 canadas de grande importância para a freguesia, a saber: a canada do Farol, a canada do Alves e a canada do Albertinho, constitutivas de um “anel” à volta da freguesia, cabendo à Junta de Freguesia o alargamento e construção dos muros, e à autarquia a recente pavimentação efectuada.

Quanto à intervenção no “Babão”, informou que o seu restauro não acarretara qualquer custo para a autarquia, que já recebera o relatório da sua conclusão, referindo que fora uma intervenção perfeita como se poderia constatar através de fotografias, levando a que aqueles serviços pudessem vir a ser solicitados para o restauro do tanque do azeite.

A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva, que não interviera sobre a Escola do Alto das Covas por falta de tempo do seu grupo municipal no Período de Antes da Ordem do Dia, informou que as razões do debate sobre o encerramento da referida escola se prendiam com o facto de a alguns pais, ao tentarem inscrever os seus filhos pela primeira vez, ter sido recusada a inscrição, por se aguardarem indicações da DRE sobre a aceitação de inscrições devido à possibilidade de encerramento da referida escola.

Conhecedora da existência de um abaixo-assinado contra o encerramento e tendo ela própria por várias vezes defendido a execução de obras naquela escola, ficara surpreendida com a perspectiva do seu encerramento, apesar de pessoalmente não a afectar, já que a sua filha frequentaria a 4ª classe no ano lectivo 2010/2011.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, depois de constatar que os dados financeiros incluídos no relatório respeitavam a situações ocorridas até ao dia 16 de Junho, situação causadora de algumas discrepâncias na sua avaliação, referiu o avançado estado de degradação da generalidade dos passeios das ruas da cidade, em especial os da Rua Direita e os do Largo Prior do Crato junto aos CTT, que apresentavam espaços enormes entre pedras, para além de nas ruas mais estreitas não existir espaço suficiente para a circulação de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé e até os sinais de trânsito se encontrarem posicionados nos próprios passeios estrangulando ainda mais o espaço já de si exíguo, sugerindo, pelo menos naqueles casos, a sua fixação nas paredes dos edifícios.

Voltando ao assunto dos cinzeiros/papeleiras discutido na anterior sessão, dera conta de que alguns já se encontravam bastante soltos e a oscilantes, possivelmente devido a actos de vandalismo, não tendo sido encontrada qualquer solução para os resíduos de maior dimensão constantemente lá colocados, sugerindo por isso a adopção de outros recipientes com dimensões mais adequados.

Em jeito de esclarecimento ao Sr. d.m. João Maria Mendes, lembrou que o Plano de Salvaguarda, previsto desde 1998 ou 1999, fora anunciado mais que uma vez por anteriores executivos camarários como estando concluído, pelo que, não correspondendo à verdade, esperava que o fosse agora.

A Sra. presidente da Câmara, no tocante aos dados financeiros, informou que internamente se fixara uma data para a recolha da informação junto dos diversos departamentos, pelo que, sendo as listagens retiradas do sistema de informação financeira no dia de disponibilização dos documentos à AM, se revelavam inevitáveis alguns desfasamentos.

Quanto às intervenções nos passeios da cidade, aos cinzeiros/papeleiras e à sinalética, tudo fora equacionado no Plano de Acção e Requalificação do centro histórico, que contemplava várias zonas, com prioridade à zona entre a Sé e a Praça Velha em questões de pormenor como a existência de papeleiras, a qualidade da calçada dos passeios e do arruamento, sinalética, passadeiras, etc.

Informou por fim que, para além do levantamento e orçamentação da substituição da sinalética colocada nos passeios por outra com formato em L ou fixa aos imóveis, fora também seleccionado o tipo das papeleiras em função do mobiliário urbano previsto para as diversas ruas, estando o início das intervenções previstas para o mês de Agosto, envolvendo um grande esforço financeiro da autarquia e dos seus recursos humanos.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, retomando a questão da empresa intermunicipal, convidou os presentes a imaginar o que o Sr. d.m. João Maria Mendes, que desvalorizara os procedimentos, não diria se pertencesse à bancada da oposição e o PSD, na administração camarária, apresentasse algo à Comunicação Social sem que fossem cumpridos os devidos trâmites através dos órgãos próprios.

Recordando a ausência de qualquer esclarecimento da Sra. presidente quanto à relação entre a gestão e tratamento de resíduos e as actividades culturais e recreativas, que entendia nada terem a ver uma com a outra, no tocante à desratização gostaria de perceber quais as diferenças entre os actuais e os anteriores procedimentos, entendendo que a actual situação nada melhorara quando comparada com a proposta anteriormente apresentada pelo seu partido e chumbada pela Assembleia.

Quanto ao desporto espectáculo, lembrando a realização recente de um torneio internacional de Futsal que, não decorrendo como o previsto, acarretara custos para o município, considerou necessária, em tempo de contagem de tostões, alguma ponderação na realização de actividades inovadoras, por implicarem sempre alguns riscos.

O Sr. d.m. Guilherme Melo lembrou que a Sra. presidente da Câmara não lhe respondera à pergunta a propósito da publicação das actas no site da CM que, segundo a lei das finanças locais, a autarquia se obrigava a publicitar, para além das suas contas e as da empresa municipal, questionando para quando a divulgação dos resultados do exercício da Culturanga no referido site.

Apesar do enorme respeito que nutria pelo Sr. d.m. João Maria Mendes, só podia concluir que aquele d.m. se encontrava distraído, já que na sua intervenção anterior não falara no Plano de Salvaguarda mas sim no Plano de Requalificação do Centro Histórico de Angra.

Citando o site da CM em que “...o Plano fora executado com base num levantamento exaustivo...”, referiu desconhecer a existência de qualquer plano, lembrando que naqueles documentos por norma se elencavam situações e programavam acções discriminativas no concreto do que se pretendia fazer, desejando saber, caso o referido Plano existisse, quais os custos das soluções propostas pela CM.

Relativamente ao Projecto de Urbanismo Comercial, ficara a saber que seria executado pela Câmara do Comércio com as participações das Câmaras Municipais de Angra e Praia da Vitória, solicitando à Sra. presidente da Câmara mais alguns esclarecimentos acerca do assunto, já que, em vez de um Plano, apenas existia um levantamento exaustivo.

A Sra. presidente da Câmara, constatando que afinal o Sr. d.m. Guilherme Melo era quem padecia de problemas de atenção, referiu que o Plano, para ele inexistente, fora executado com base num diagnóstico pormenorizado efectuado rua por rua pela Sra. arquitecta Leonilde, estagiária da CM, orientada pela Sra. vereadora Raquel Ávila, e que, com base nas áreas de intervenção, se efectuara a orçamentação do levantamento correspondente à zona considerada prioritária, entre a igreja da Sé e a Praça Velha, adiantando que o dito Plano de Acção e Requalificação do Centro Histórico de Angra do Heroísmo se concretizaria por fases entre 2010 e 2014, tendo já sido apresentado publicamente e levado ao conhecimento dos Srs. vereadores.

Quanto ao Plano de Pormenor e Salvaguarda aludido pelo Sr. d.m. João Maria Mendes, informou que constava do Plano e Investimentos da autarquia, prevendo-se a sua conclusão durante o corrente ano de 2010. Outra coisa bem diferente seria o Projecto de Urbanismo Comercial que, nos termos do decreto legislativo regional, permitia candidaturas conjuntas entre as autarquias e as Câmaras do Comércio, dando conta de reuniões de trabalho realizadas com responsáveis da Câmara do Comércio e técnicos da autarquia com vista ao levantamento exaustivo da área de intervenção para candidatura a um projecto de urbanismo comercial de interesse para ambas as partes.

Recordou também que há algum tempo atrás, ainda enquanto técnica da CM, se efectuara uma candidatura ao então chamado “URBECOM”, visando o aproveitamento de fundos comunitários, que contara com a participação da Sra. d.m. Carla Bretão em representação da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, salientando que, quanto maior o investimento privado, maior o volume de recursos financeiros disponibilizados à autarquia, tornando vantajosa a parceria com a Câmara do Comércio na motivação dos investidores para reabilitar o centro histórico de Angra, já que de nada serviria o trabalho em cinzeiros, papeleiras e sinalização com um comércio desastroso.

Quanto às actas das reuniões de Câmara, lembrou uma vez mais o Sr. d.m. Guilherme Melo que o atraso na publicação no site da CM se devera a um problema de saúde por parte da D. Fernanda Santos que fora substituída pelas actuais coordenadoras que, para além das suas habituais tarefas, acumulavam o secretariado das reuniões de Câmara de 15 em 15 dias.

Garantindo que as referidas actas se encontravam concluídas e em condições de serem revistas por ela própria e pelos Srs. vereadores até ao final da semana e imediatamente publicadas no site da CM, informou, por último, que as contas da Culturangra haviam já sido aprovadas em reunião de Câmara e que, caso ainda não se encontrassem publicadas

no referido site, sê-lo-iam em breve, não existindo qualquer intenção de esconder o que quer que fosse, mas sim cumprir a lei com a maior transparência possível.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro solicitou que ficasse registado em acta que a Sra. presidente não respondera às suas questões.

A Sra. presidente da Câmara, por seu lado, solicitou que ficasse registado em acta que já lhe respondera por mais que uma vez e não o voltaria a fazer.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, reconhecendo à oposição e à bancada do PSD todo o direito de protestar e manifestar as suas posições, tal não legitimava a atitude inquisitória demonstrada pelo Sr. d.m. Luis Rendeiro e os seus colegas, confundindo os fundamentos de um debate parlamentar, reservando a Sra. presidente da Câmara o direito de não responder a questões colocadas pela terceira ou quarta vez, depois de já o ter feito.

Depois de instado pelo Sr. presidente da Mesa a concluir a sua intervenção, dado o adiantado da hora, relevou a ausência do cometimento de qualquer ilegalidade por parte daquela autarca ao anunciar, conjuntamente com o Sr. presidente da Câmara da Praia da Vitória, a intenção de criação de uma empresa intermunicipal com o objectivo de resolver o grave problema da gestão dos resíduos, recordando que o Sr. d.m. Joaquim Ponte, enquanto presidente da Câmara, anunciara muitas coisas sem dar cavaco aos vereadores de então.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, abstando-se do uso da figura regimental de defesa da honra por parecer algo que chocava a assembleia, lembrou que apenas pedira que o Sr. d.m. João Maria Mendes fosse mais breve, subscrevendo uma vez mais o bom senso com que o Sr. presidente da Mesa vinha dirigindo os trabalhos, designadamente ao chamar a atenção da sua bancada pela terminologia utilizada, adoptando o mesmo critério quanto às intervenções da bancada do Partido Socialista em idênticas circunstâncias.

Dirigindo-se à Sra. presidente da Câmara e ao Sr. d.m. João Maria Mendes, lembrou que se encontravam perante um órgão responsável e democraticamente fiscalizador das acções da CM, que os membros do seu partido estavam ali para questionar a Câmara e continuariam a fazê-lo quantas vezes fossem necessárias até se julgarem esclarecidos, por mais que incómodo que provocassem ao Sr. deputado João Maria Mendes, que parecia ressentir-se com as críticas.

Quanto à Sra. presidente da Câmara, não estando a tal obrigada, responderia quando entendesse, assim como qualquer outro membro da AM, esperando no entanto vivamente que assim procedesse relativamente a todas as questões que lhe colocasse de forma educada e respeitadora.

Referindo ao concluir não vislumbrar qualquer atitude inquisitorial, lembrou que os eleitores que neles confiaram esperavam que fiscalizassem as acções e decisões da CM, usando o direito democrático de esclarecer a população do concelho, já que tudo isso fazia parte da cultura democrática que por vezes faltava ao Sr. d.m. João Maria Mendes.

O Sr. presidente da Mesa, dirigindo-se ao Sr. d.m. João Maria Mendes, que solicitara intervir em defesa da honra, recordou que o desenrolar dos trabalhos dependia do comportamento de todos os Srs. deputados sem excepção, não havendo necessidade do “diz que disse”, porque a intervenção do Sr. d.m. Joaquim Ponte fora esclarecedora e não ofendera fosse quem fosse.

O Sr. d.m. João Maria Mendes mostrou-se no entanto ofendido, uma vez que o Sr. d.m. Joaquim Ponte o acusara de anti-democrático e de afirmar que a oposição não tinha direito à crítica, o que não correspondia à verdade, já que, vivendo-se num regime

democrático, a oposição tinha todo o direito à crítica e que a Sra. presidente da Câmara, não estando sujeita a uma comissão de inquérito, não era obrigada a responder.

Ao contrário das afirmações do Sr. d.m. Joaquim Ponte, alegou encarar muito bem a crítica, desde que justa e honesta.

O Sr. presidente da Mesa, considerando que o Sr. d.m. João Maria Mendes nada invocara em defesa da sua honra supostamente ofendida, reafirmou o entendimento de que o Sr. d.m. Joaquim Ponte apenas se limitara a recordar os princípios pelos quais a sua bancada se norteava, lembrando que os debates parlamentares eram mesmo assim, concordando-se ou não com as afirmações dos intervenientes, e que estaria atento à utilização de expressões menos razoáveis como acontecera momentos antes.

A Sra. presidente da Câmara, não se tendo apercebido da falta de resposta a qualquer questão colocada, lembrou que esclarecera o Sr. deputado Guilherme Melo quanto às actas das reuniões de câmara e que, simplesmente, não dera seguimento ao que lhe fora perguntado pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro, provavelmente por lapso nas anotações que ia tomando. No entanto, sempre respondia exaustiva e detalhadamente a todas as questões, considerando não ter havido nenhuma falha da sua parte que justificasse toda aquela celeuma.

Referiu ainda que, desde que exercia as actuais funções, sendo conhecedora dos deveres de fiscalização da AM, que se apercesse, nunca sonegara ou omitira qualquer informação nem se recusara a responder a qualquer assunto colocado, a não ser por falta de informação no momento, solicitando que lhe chamassem a atenção caso tal acontecesse.

Tendo já sido presente a uma comissão de inquérito parlamentar, conhecia bem a diferença, lembrando que a sua lógica de funcionamento poderia aproximar-se muito da de uma Assembleia Municipal, quando colocadas as questões de determinada forma.

Dirigindo-se ao Sr. d.m. Luís Rendeiro, informou que os estatutos da empresa municipal ainda não estavam definidos nem escritos e que, segundo palavras do Sr. presidente da CMPV, o objectivo principal seriam os resíduos, podendo evoluir para situações futuras mais abrangentes, desenvolvendo actividades culturais e iniciativas de lazer, em vez de possuir à partida estatutos mais limitados que necessitassem de alteração futura.

No âmbito do Ano Internacional da Luta Contra a Pobreza e numa iniciativa conjunta de ambas as câmaras municipais, deslocara-se à ilha o Sr. Bispo de Setúbal e um professor universitário, sendo todas as despesas assumidas conjuntamente pelas duas autarquias. Existindo uma associação ou empresa intermunicipal, ficaria ela responsável pela organização de eventos semelhantes a realizar futuramente.

Concluindo, mostrou-se muito satisfeita com a Culturanga, pretendendo trabalhar os estatutos da empresa intermunicipal e realizar o respectivo estudo de viabilidade económica a submeter à apreciação da CM e a apresentar posteriormente à AM.

O Sr. d.m. António Maio, um pouco chocado com o estilo de oposição adoptado por alguns deputados municipais do PSD, mas reconhecendo que não lhe competia fazer comentários nem recomendações quanto ao estilo das intervenções de cada um, reconheceu estar-se num parlamento onde imperava o livre direito de cada um expressar os seus pensamentos e opiniões.

Apesar da função fiscalizadora da AM, no tocante ao hotel do Canta Galo, lembrou que desenterrar o passado, nesse aspecto, nunca fora um procedimento adoptado, já que, sendo também deputado na sessão em que o assunto fora debatido, se constatará que

todos os restantes membros então presentes se tornaram conhecedores das dificuldades da CM em encontrar um promotor ou investidor para concluir o projecto, estendendo o seu lamento ao levantamento de outras situações do passado, designadamente aos acordos de há dez anos celebrados com o Desportivo de Belém e os Leões do Porto Judeu e, recentemente, uma vez mais às questões relacionadas com as Sanjoaninas.

Em sentido contrário, referiu a atitude que decidira tomar não intervindo no caso publicitado há cerca de um ano, relacionado com o problema do saneamento básico da cidade envolvendo o Sr. d.m. Joaquim Ponte na altura em que desempenhava as funções de presidente da Câmara, entendendo por questões éticas não dever trazê-lo à Assembleia Municipal já que, por se encontrar ausente, estaria aquele d.m. impossibilitado de se defender da condenação do pagamento de uma indemnização imposta pelo tribunal à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, atribuindo razão à empresa construtora reclamante.

Não compreendendo por essa razão o permanente retorno a situações passadas durante os mandatos do Dr. Sérgio Ávila e do Sr. José Pedro Cardoso, designadamente o problema da renegociação das dívidas acumuladas com as Sanjoaninas, não deixaria de ser estranho que os membros do grupo municipal do PSD se mantivessem mudos e quedos durante os quatro anos de exercício de funções como vereador de um antigo presidente da Comissão das Sanjoaninas oriundo daquela bancada, desenterrando agora situações passadas, com uma nova presidente sem maioria absoluta no elenco camarário.

Terminou apelando para o exercício de uma oposição coerente e construtiva, apontando como exemplo o ex-coordenador do grupo municipal do PSD, Dr. Aurélio da Fonseca, ao fazer distribuir em tempos pelos membros da Assembleia um CD gravado com 60 situações de incorrecção existentes na nossa cidade.

O Sr. presidente da Mesa, desconhecendo ao abrigo de que dispositivo regimental o Sr. deputado António Maio interviera, questionou se não teria sido preferível seguir os preceitos regimentais em vez de se passar o resto da noite a discutir questões de princípio, conferindo desse modo ao grupo municipal interpelado direito a idêntica resposta.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, não pretendendo dificultar o Sr. presidente da Mesa na condução dos trabalhos, solicitou oportunidade para, ao menos, responder a um dos aspectos que lhe fora directamente dirigido.

O Sr. presidente da Mesa, reconhecendo tratar-se de uma referência directa ao seu exercício enquanto presidente da Câmara, alegou não poder negar ao Sr. d.m. Joaquim Ponte esse direito.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, entendendo inexistente qualquer impedimento em trazer à AM assuntos de que naturezas fossem, nem que remontassem aos tempos da sua avó, desde que respeitantes ao município, lembrou ainda haver questões que, sendo tratadas em determinado tempo de uma maneira, poderiam, face a novos dados entretanto surgidos, sofrer evoluções ao longo dos tempos e serem abordadas posteriormente de forma diferente.

A questão levantada pelo Sr. d.m. António Maio, sendo muito pertinente, respeitava a actos de gestão relativos ao período em que exercera funções como presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, utilizados durante a campanha eleitoral quando se encontrava ausente da ilha.

Lembrando-se de ter lido então, num determinado jornal local, algo que chocara a Sra. presidente da Câmara, relativo a uma sentença segundo a qual a CM teria que indemnizar

uma determinada empresa em vários milhões, tratando-se de um processo arquivado, passível de vistoria ponto por ponto, solicitou à Sra. presidente que esclarecesse o Sr. António Maio e ele próprio quais os danos que essa situação causara à CM e que indemnizações foram pagas.

Por fim, ao contrário do afirmado pelo Sr. d.m. João Maria Mendes, nunca possuíra o hábito de anunciar fosse o que fosse sem antes dar conhecimento aos demais elementos do elenco camarário por ele liderado.

O Sr. d.m. António Maio, precisando que não se referira a nenhuma situação concreta, no tocante ao assunto mencionado, segundo constara, a empresa visada nada reclamara junto da CM, adiantando ainda que apenas apontara um exemplo, interpretado de forma diferente pelo Sr. deputado Joaquim Ponte, entendendo mais razoável falar-se em assuntos actuais relacionados com a gestão municipal do que desenterrar os do passado.

A Sra. presidente da Câmara, sentindo-se no dever de esclarecer o Sr. deputado Joaquim Ponte, recordou que o referido processo fora arquivado e que a CM, ao ser inquirida, apenas dera conhecimento de algumas partes da sentença sobre os motivos que levaram o tribunal à anulação do acto administrativo da adjudicação da obra em causa a uma determinada empresa, e que, quando questionada sobre possíveis indemnizações, respondera que só teriam lugar caso a referida empresa interpusesse recurso contra a CM, o que, para já, estaria fora de questão.

1.2 – Ratificação da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Posta à consideração, a ratificação constante do Ponto 1.2 não sofreu qualquer contestação

1.3 – Pedido de parecer prévio com vista à publicitação do anúncio referente à abertura do procedimento concursal para contratação a termo de técnico superior da área de Arquitectura, bem como o alargamento do universo dos candidatos ao procedimento em causa, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações da função pública.

A Sra. presidente da Câmara começou por recordar a aprovação pela Câmara e pela AM, ocorrida na sessão anterior, do mapa de pessoal, incluindo a contratação por tempo indeterminado de um técnico superior na área da arquitectura, motivada pelo facto do lugar de chefe de divisão ter sido ocupado por um arquitecto, deixando um lugar disponível devidamente cabimentado.

Assim, conforme explicitado, solicitava-se que a AM, nos termos do disposto na lei, se pronunciasse sobre a possibilidade de se alargar aquele universo a pessoas sem relacionamento jurídico com a Administração Pública.

Posto à votação, **o pedido de Parecer Prévio constante do Ponto 1.3 foi aprovado por maioria**, com 25 votos a favor (19 do PS, 3 do PSD, 3 do CDS-PP) e 9 abstenções do PSD.

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Proposta do presidente da Assembleia Municipal, no sentido de ser atribuído a Sua Excelência Reverendíssima D. Aurélio Granada Escudeiro, 37.º Bispo de Angra, as Chaves de Honra e a qualidade de Cidadão Honorário da Cidade de Angra do Heroísmo, nos termos dos artigos 2.º e 3.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais.

O Sr. presidente da Mesa na apresentação da proposta lembrou que D. Aurélio Granada Escudeiro se constituía numa figura marcante e de referência da Diocese de Angra, manifestando até o desejo de que os seus restos mortais fossem sepultados no Panteão dos Bispos de Angra.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, considerando a homenagem justa e oportuna, associou com muito gosto o grupo municipal do PSD à Proposta apresentada, lembrando que D. Aurélio marcara a sociedade angrense e a comunidade açoriana em geral. Com os seus noventa e poucos anos, lúcido, muito discreto, profundo e muito culto, corporizava uma personagem de referência na Igreja e na sociedade açoriana, merecendo de todos gratidão e reconhecimento, apesar de não ter nascido nos Açores.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, agradecendo a assunção da recomendação como Proposta da Mesa, reconheceu como merecida a homenagem a atribuir pela CMAH.

Apesar dos terceirenses se irritarem cada vez que os micaelenses reivindicavam a transferência da sede do bispado para Ponta Delgada, não se constituíam visíveis grandes manifestações de regozijo pela localização da sede da Diocese e dos seus bispos na cidade de Angra, uma vez que, representando D. Aurélio o seu 37º bispo, não existia uma única rua na cidade que fizesse referência a qualquer desses altos representantes da igreja católica.

Como sacerdote, então no desempenho das funções de secretário pessoal do Sr. D. Aurélio por ocasião do sismo de 1980, testemunhara o seu empenhamento e abnegação na reconstrução das igrejas da ilha, dando provas de inegável estima e simpatia pela diocese, como provavam agora as suas deslocações anuais em condições de acentuada debilidade física resultante da sua avançada idade, constituindo-se assim num justo merecedor da homenagem proposta, apesar de não ter gozado de grande popularidade.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, de forma simples e directa, anunciou a adesão do seu grupo municipal à homenagem proposta, manifestando o seu apoio por todas as razões já anunciadas, escusando-se a acrescentar algo mais, uma vez que o currículo de D. Aurélio falava por si.

Terminadas as intervenções, posta à votação por escrutínio secreto, a **Proposta constante do Ponto 2.1 foi aprovada por maioria**, com 31 votos a favor, 2 abstenções e 2 votos contra.

O Sr. presidente da Mesa embora reconhecendo que a votação secreta não permitia qualquer declaração de voto, manifestou o seu pesar pela existência de 2 votos contra e 2 votos em branco, considerando que o proponente merecia um pouco mais de consideração.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 – Proposta no sentido de ser deliberado pela Assembleia Municipal a construção do novo Mercado Municipal no Cerrado do Bailão.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, anunciando que a Proposta em presença apontava no sentido das opiniões manifestadas pela generalidade dos partidos concorrentes às últimas eleições, ao defenderem a requalificação do Mercado Duque de Bragança, agora entendera o seu grupo municipal ir mais longe, propondo a sua transferência para o parque de estacionamento do Bailão, com vantagens para todos, como de seguida especificou reiterando a argumentação constante do texto da Proposta apresentada.

O Sr. d.m. Francisco Barros considerou a Proposta enferma de duas imprecisões, uma de forma e outra de conteúdo. Quanto à forma, porque há pouco o Sr. d.m. Joaquim Ponte frisara com muita veemência que duas das principais funções da AM seriam fiscalizar a actividade do executivo e obter dele todo o tipo de informações que considerasse pertinentes relativas a assuntos de interesse municipal, lembrou que a AM, por exemplo, aprovava ou reprovava o orçamento camarário sem no entanto o poder alterar.

Chamou ainda a atenção para os moldes em que a Proposta fora redigida, citando: “...o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal que delibere no sentido da construção de um novo mercado municipal no Bailão...”, considerando aqueles termos desprovidos de qualquer enquadramento legal.

Dirigindo-se ao Sr. d.m. Luís Rendeiro, entendeu perfeitamente aceitável que as propostas e o posicionamento dos partidos políticos evoluíssem e que novas lideranças quisessem imprimir outras dinâmicas, como perfeitamente respeitável seria também que a Proposta em causa, antes de discutida pela Assembleia Municipal, tivesse sido publicitada e objecto de uma conferência de imprensa, sem que com tal alguém se sentisse.

Ressaltando a precariedade do seu conteúdo, informou decorrer um processo de auscultação junto dos feirantes relativo ao projecto para a requalificação do mercado e recordou que as vereações do PS na CM foram por várias vezes alvo de crítica por nunca terem resolvido o problema.

Após uma pesquisa rápida, concluíra que, por norma, os mercados municipais faziam parte do coração das cidades e de um modo geral os horários de funcionamento variavam entre as 6 ou 7 horas da manhã e as 16 ou 17 horas, raramente ultrapassando esse período, constituindo-se em regra como fonte abastecedora de produtos frescos da restauração.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, considerando a Proposta virada ao contrário, defendeu a realização de um estudo, incluindo consulta à opinião pública e posterior debate, à semelhança aliás do que acontecera e bem com a marina, devendo ponderar-se alternativas ao Bailão, como por exemplo os terrenos particulares por detrás da Praça de Touros, naturalmente negociáveis mediante proposta aos seus proprietários, ou qualquer outro local no perímetro da cidade, ou pura e simplesmente mantê-lo no lugar ocupado actualmente.

Desconhecendo o seu partido a existência de qualquer projecto do PS ou da Câmara Municipal, nem tão pouco a elaboração de qualquer estudo financeiro ou relativo à dimensão e tipologia dos espaços, nem ainda qualquer informação adicional, justificou a evolução da posição do CDS-PP ao longo dos tempos com a vontade dos comerciantes em manter o mercado no local onde actualmente se encontrava, tornando-se necessárias algumas melhorias na capacidade de estacionamento e nas acessibilidades.

Por último, aconselhando seriedade na condução do assunto, deveria introduzir-se rapidez no processo de decisão, qualquer que ela fosse.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, recordando ao Sr. deputado Francisco Barros o cuidado posto na apresentação da Proposta em conferência de líderes antes de a anunciar publicamente na Comunicação Social, admitiu que democraticamente, quer se concordasse ou não, todas as razões seriam válidas, fosse qual fosse o sentido do voto na Proposta apresentada pelo PSD, a qual visava o desenvolvimento do Concelho e a resolução de problemas dos municípios, e que assentara na consulta a arquitectos e outras pessoas que pensavam a evolução da cidade, considerando-a positiva e desprovida de qualquer cariz político.

Afirmou ainda que, não votando favoravelmente, marcariam a sua posição e todos seriam responsáveis pelas suas acções no processo democrático e posteriormente, responsabilizados com o que viesse a acontecer ao mercado Duque de Bragança.

O Sr. d.m. Guilherme Melo lembrou que há pouco tempo o grupo municipal do PS reprovara uma proposta da própria CM relativa à aquisição do armazém das Organizações Cipriano em S. João de Deus e que, sobre a Proposta agora apresentada pelo seu partido, não viria mal ao mundo se alterasse a sua posição no sentido de se encontrar uma alternativa.

Tratando-se de um assunto bastante melindroso, independentemente do resultado da votação, lançou como desafio à CM a realização de uma sondagem junto dos mercadores e população em geral sobre a deslocalização do mercado Duque de Bragança e seu horário de funcionamento, porque assim tomaria conhecimento da opinião dos municípios.

A Sra. vereadora Raquel Silva informou que as propostas do projecto base haviam sido entregues naquele dia e que a CM também ouvira arquitectos, vendedores e outras pessoas, ficando convencida do contrário, ou seja, que a vivência urbana deveria processar-se de forma pedonal e não através de automóveis, entendendo-se que o estacionamento do mercado deveria servir apenas os seus utilizadores durante um curto espaço de tempo, implicando um pagamento superior ao dos parquímetros, caso se excedesse um período superior a uma ou duas horas.

Resultado de alguma pesquisa a que se dedicara, passou a citar uma notícia publicada no Jornal de Notícias de 16 de Junho de 2010, que se transcreve: “...*O David Ferreira da Direcção Regional da Cultura do Norte defende que nem todos os mercados tradicionais portugueses têm importância suficiente para serem preservados, mas muitos são considerados monumentos não intencionais que devem ser defendidos. O conceito surgiu com a modernidade. A velocidade de transformação do território criou um sentimento de perda e a necessidade de preservar espaços que com o tempo se afirmam como lugares de memória e identidade colectiva.*

Deixámos de ter monumentos intencionais e passámos a ter monumentos não intencionais e os mercados enquadram-se nesta definição.” À semelhança de outras cidades que também são património, como por exemplo, Guimarães e Évora, os mercados estão no coração da cidade. O objectivo deste projecto é, sobretudo, manter o mercado tradicional, popularmente conhecido como praça e manter viva a identidade de um lugar que julgamos importante e que é um espaço de grande utilidade pública. A revitalização do mercado será um novo espaço para a cidade, um local onde o comércio e a cultura estão integrados e que, além do mais, se apresenta como alternativa ao centro histórico nessas duas vertentes. Ao mesmo tempo, o projecto propõe uma ocupação que não seja monocórdica, ou seja, prevê um café, restaurante, lojas de flores e artesanato e, esta sim, pode ser a melhor forma de garantir o sucesso do novo espaço comercial que se entende

como mercado. O mercado municipal já se assumiu há muito como um espaço de referência no quotidiano da cidade e isto significa lugar, significa memória colectiva que importa preservar, dignificar e modernizar.

Referiu ainda o seu convencimento na bondade da localização actual do mercado municipal, reconhecendo no entanto a necessidade de algumas transformações ao nível das acessibilidades, já previstas no caderno de encargos entregue a todos os projectistas.

Por último, tomadas em conta as questões de transporte e descarga, não percebendo a alteração nas dificuldades de escoamento dos produtos locais pelo facto do mercado se situar no bailão ou no local onde se encontrava, importava antes revitaliza-lo, apesar de incómodo causado por obras realizadas no centro da cidade.

O Sr. d.m. José Gabriel da Silva, que enquanto frequentador assíduo do mercado Duque de Bragança se cruzava por lá com poucos dos deputados presentes, constatava que infelizmente poucos dos produtos locais ali eram colocados à venda, e que muitas das bancadas se encontravam vazias, significando a suficiência de um só piso. Verificando, após conversas com os comerciantes, a relutância generalizada em abandonarem o local onde exerciam actualmente a sua actividade, lembrou que nenhum mercado do país se encontrava aberto após as 18 horas.

Como forma de resolver os problemas de estacionamento, sugeriu a demolição da escola Infante D. Henrique do Alto das Covas, revertendo para aquele fim o espaço ocupado, em vez da plantação de árvores como sugerido pela Sra. d.m. Anabela Gomes.

Aconselhou ainda os elementos do grupo municipal do PSD a conversarem com os talhantes e assim inteirarem-se dos custos e dos riscos de avaria a que as arcas frigoríficas se sujeitariam quando transportadas para outro local.

O Sr. d.m. Francisco Barros, referindo que o exemplo citado pelo Sr. deputado Guilherme Melo nada tinha a ver com a forma e o modo como a actual proposta fora apresentada, lembrou que, mediante proposta da CM, a AM autorizava ou não a aquisição ou alienação de património, recordando que no caso dos Armazéns Cipriano o seu proprietário também possuía um imóvel na rua do Galo, contíguo aos Paços do Concelho, com algum interesse para a expansão de alguns serviços camarários, dispondo-se só a vendê-lo conjuntamente com os ditos armazéns localizados em São João de Deus, circunstância que, por configurar uma inadmissível pressão do proprietário, somada ao elevado custo fixado determinara então o voto desfavorável do grupo municipal do PS.

Por último, defendendo que o usufruto do espaço urbano devia privilegiar para além das trocas e relações comerciais a forma como as pessoas circulavam e não o estacionamento automóvel, classificou a centralidade do mercado como uma mais-valia para Angra, nunca conseguida com a sua eventual deslocação para o Bailão.

O Sr. d.m. Jorge Belerique considerou a existência de duas posições distintas relativas ao mercado Duque de Bragança. O PSD defendendo a sua mudança para o Bailão e a CM pretendendo mantê-lo na actual localização, baseando-se toda a discussão em questões de pormenor.

Recordou que apenas se encontrava em discussão a posição do PSD recomendando a transferência do mercado para o Bailão ou que, pelo menos, fosse ponderada tal hipótese com vista à criação de um verdadeiro mercado municipal, dinâmico, atractivo e com maior ocupação do que a verificada actualmente, à semelhança do que acontecia nas grandes cidades.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, parecendo utilizar um tom de brincadeira, sugeriu que às alternativas por ele anteriormente apontadas se ponderasse também a sua implantação no local onde actualmente se encontrava a escola do Alto das Covas, caso se verificasse o seu encerramento, manifestando ainda o entendimento de que a discussão surgira por falta de percepção de qual o rumo que a cidade estaria a tomar ou para onde deveria crescer, lembrou que outrora arquitectos de renome da cidade defenderam a instalação da biblioteca pública na escola Infante D. Henrique, tendo-se optado por outra solução.

Considerando por fim precipitado fechar portas às várias alternativas, quis deixar claro que a objecção do seu partido relativamente à Proposta em análise não significaria qualquer apoio à alternativa a apresentar pela CM, por não ser do seu conhecimento.

Posta à votação, a **Proposta constante do Ponto 3.1 foi rejeitada** com 23 votos contra (19 do PS, 3 do CDS-PP, 1 do d.m. independente) e 12 votos a favor do PSD.

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 - Proposta do CDS-PP no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que proceda à construção de um parque de campismo na Freguesia da Serreta, a ser inscrito no Orçamento para 2011.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves justificou a apresentação da Proposta com a procura em diversas alturas do ano da freguesia da Serreta por campistas, necessidade que, segundo informações recolhidas, a população da freguesia considerava importante ser colmatada com a criação de uma estrutura daquela natureza, já que o parque de campismo mais próximo se situava nas Cinco Ribeiras, a uma distância bastante considerável.

O Sr. d.m. Sérgio Cardoso, também presidente da junta de freguesia da Serreta, informou existir um projecto para a criação de um parque de campismo, anexo ao parque de merendas, e um espaço para desportos radicais na Mata da Serreta.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, salientando que o PSD se tem manifestado favorável ao investimento em campismo na freguesia da Serreta, como forma de evitar alguns problemas ocorridos por altura das festas com o acampamento selvagem junto à igreja e à praça de toiros, por desconhecimento do tipo de estrutura proposta pelo CDS-PP, lembrou que as pesadas estruturas de parques de campismo se revelavam reféns de elevados custos de manutenção, entendendo que uma estrutura daquele tipo revitalizaria a mata mas não resolveria o problema das festas, por as pessoas preferirem o centro da freguesia junto à igreja.

No entanto, se, ao invés, a Proposta do CDS-PP contemplasse uma estrutura temporária a instalar num terreno adequado, a retirar quando desnecessária, evitando os custos fixos com o subaproveitamento ao longo do ano, aprová-la-iam.

Assim, o grupo municipal do PSD abster-se-ia na votação da Proposta nos moldes apresentados.

O Sr. d.m. Francisco Barros, alegando que a Proposta não faria muito sentido, por contemplar algo já diligenciado pela junta de freguesia da Serreta junto da CM, como atrás anunciado pelo seu presidente, sugeriu que o grupo municipal proponente a retirasse, mostrando-se no entanto concordante com a perspectiva do PSD, por apontar

para um tipo de estrutura flexível dotada de mobilidade para apoio das tradicionais festas da Serreta e outras iniciativas.

A Sra. d.m. Ana Isabel Miranda, antes do seu grupo municipal ponderar a retirada da Proposta, mostrou o desejo de obter informações mais concretas sobre o aludido projecto, que não constava do orçamento camarário, nomeadamente a localização prevista, eventuais contactos com os serviços florestais, se fora aprovado em assembleia de freguesia, que tipo de financiamento estava previsto ou se, pura e simplesmente, não passava de uma ideia.

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, arrogando-se à pertença de um partido subscritor do princípio da subsidiariedade, tratando-se de uma iniciativa da junta de freguesia que, mais do que um projecto, seria uma intenção de investimento provável para o próximo ano, o PSD apoiaria essa mesma iniciativa, parecendo-lhe também um pouco redundante a Proposta do CDS-PP. No entanto, esperava alguns esclarecimentos por parte do Sr. presidente da junta de freguesia da Serreta relativos ao calendário de execução do referido projecto, para melhor fundamentar a sua convicção.

O Sr. d.m. Sérgio Cardoso esclareceu que se tratava de um projecto comunitário único nos Açores, envolvendo verbas bastante avultadas a realizar em terrenos dos serviços florestais, e informou também que, após conversa tida com o Sr. Secretário da tutela, tudo estaria devidamente encaminhado para avançar brevemente.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, não vendo razões para a retirada da Proposta, sugeriu uma ressalva indicativa do merecimento do andamento do assunto no âmbito municipal, podendo até ficar agendado para 2012, caso não se verificasse disponibilidade do governo regional para a sua execução no próximo ano.

Posta à votação terminadas as intervenções, **a Proposta constante do Ponto 4.1 foi rejeitada**, com 18 votos contra (17 do PS, 1 do d.m. independente), 12 abstenções do PSD e 3 votos a favor do CDS-PP.

4.2 – Voto de Congratulação do CDS-PP ao Sport Clube Lusitânia, pela conquista do título de campeão da Pro-liga de Basquetebol.

O Sr. d.m. José Alberto Borges adiantou que a Proposta resultara do contributo dado pelo Sport Clube Lusitânia (SCL) ao concelho de Angra e à ilha Terceira em geral, testemunhando, através do acompanhamento pessoal de grande parte dos jogos, o esforço, dedicação e espírito de equipa de 5 ou 6 jogadores que proporcionaram uma época extraordinária, dando exemplo do que deveria ser feito em prol do desporto por instituições daquela natureza.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro anunciou que o seu partido se associava de bom grado, votando favoravelmente a Proposta do CDS-PP, atendendo aos resultados obtidos pelo SCL na época transacta, apesar das dificuldades enfrentadas pelos atletas e toda a equipa técnica.

O Sr. d.m. João Santos, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, também se associou ao Voto de Congratulação, mostrando, em tom de gracejo, o imenso gozo que lhe daria ver o seu colega de bancada Francisco Barros votá-lo favoravelmente.

Posto à votação, o **Voto de Congratulação constante do Ponto 4.2 foi aprovado por unanimidade.**

5 – DO DEPUTADO MUNICIPAL INDEPENDENTE

5.1 – Voto de Saudação pelos 100 anos de nascimento de José de Sousa Brazil, “Charrua”.

O Sr. presidente da Mesa, tratando-se de um documento entregue à Mesa já no decorrer da sessão e que não fora distribuído pelos membros da Assembleia presentes, procedeu à sua leitura, ficando a constituir parte integrante da presente acta como anexo.

Não se registando inscrições, posto à votação, o **Voto de Congratulação constante do Ponto 5.1 foi aprovado por unanimidade.**

Em complemento à votação ocorrida na 2.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 30 de Abril de 2010 para atribuição das Medalhas de Mérito Municipal a Fernanda Correia Garcia Trindade e Emílio Martins Ribeiro, a Assembleia Municipal, precisando a sua deliberação, decidiu englobá-las na classe de mérito filantrópico.

O Sr. d.m. Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações.

Posta à votação, sem que se verificassem quaisquer pedidos de esclarecimento ou correcções, a **Minuta das Deliberações foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pela 01H26M do dia 29 de Junho de 2010, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz